

Hannah Arendt e o conceito de autoridade no resgate da dignidade da política

*Matheus Martins FERREIRA*¹

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise do conceito de autoridade apresentado por Hannah Arendt e busca desenvolver uma reflexão acerca do porquê a filósofa disserta sobre o tema, considerando o contexto histórico em que ela se situa, em que ela acredita que o mundo moderno é caracterizado pela ruptura. A filósofa desenvolve a ideia de autoridade como um advento romano que garante a permanência e a durabilidade – estabilidade – das instituições políticas, sustentando-se na tríade autoridade, tradição e religião. A partir do desenvolvimento da análise deste conceito, Arendt afirma que apenas os Estados Unidos conseguiram emular o exemplo romano na modernidade. O artigo segue na defesa de que Arendt apresenta o conceito de autoridade como uma tentativa de resgatar a dignidade da política, uma vez que é o conceito de autoridade, ao restringir a liberdade, garante a existência de um espaço público regido por determinados padrões e parâmetros que servem de referência para a garantia da pluralidade, que deve ser, na perspectiva de Arendt, a principal característica do espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: Autoridade. Estabilidade. Espaço Público. Pluralidade.

INTRODUÇÃO

A política apresenta-se cada vez mais complexa no mundo contemporâneo. A atual conjuntura política é a prova mais cabal da complexidade do mundo em que vivemos e dos desafios que nós temos enquanto sociedade. Por essa razão, proponho resgatar o pensamento de Hannah Arendt, uma filósofa política do século XX que muito contribuiu para pensarmos a política. A filosofia política contemporânea apresenta a modernidade como uma categoria filosófica para se pensar a política de uma sociedade. Hannah Arendt foi uma filósofa que lançou luz a um problema político fundamental, ela não queria pensar a política como uma categoria estática, modelada por uma tradição. Ela buscava compreender a política

¹ Bolsista Capes – Doutorando em Metafísica pela Universidade de Brasília. E-mail: matheus.politica@gmail.com

em seu senso clássico, como um resgate da *polis* ateniense, que entre suas qualidades possibilita à pluralidade existir. A modernidade para Hannah Arendt rompeu com a tradição do pensamento político. Por isso, a modernidade ganha notoriedade como categoria filosófica, pois ela é uma das lentes para se pensar e talvez compreender a realidade política contemporânea.

No presente artigo, proponho focar no conceito de autoridade, trabalhado por Arendt, com o objetivo de lançar bases conceituais para se trabalhar questões contemporâneas. Primeiramente, é necessário situar o conceito de autoridade na obra da filósofa e enquadrá-la em seu tempo histórico. É imprescindível, portanto, compreender que a toda a obra de Arendt apresenta como traço fundamental uma severa crítica ao mundo moderno e à produções deste, entre as quais se destaca a sua brilhante análise acerca do advento do totalitarismo como um símbolo, na esfera pública, da ruptura com a tradição de pensamento ocidental: “A análise histórica e o pensamento político permitem crer, embora de modo indefinido e genérico, que a estrutura essencial de toda civilização atingiu o ponto de ruptura” (ARENDR, 2012, p. 11). Isso significa que tanto os padrões históricos, tudo aquilo que aconteceu no passado, quanto os padrões de pensamento político, toda aquela corrente de ideia que já existiu na esfera pública, foram subvertidos na Era Moderna. Portanto, não podemos mais interpretar o presente somente por meio da análise histórica ou mesmo conforme a tradição do pensamento político; temos de pensar por meio de novas variáveis, pois a estrutura da civilização que vivemos não mais se encaixa em nossos conhecimentos prévios e estamos nesta lacuna em que a política é possível entre o passado e o futuro.

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE AUTORIDADE EM HANNAH ARENDR

No contexto de ruptura sobre o qual Arendt (2014) disserta, a filósofa afirma que a autoridade é algo que já não existe mais no mundo moderno, pois perdeu a pedra angular de sua sustentação. A abstração que a filósofa apresenta acerca do conceito de autoridade é que este sempre exige obediência, porém, a salvaguarda apresentada é que não se pode haver coerção pela força nem a persuasão por meio da argumentação (ARENDR, 2014). No primeiro caso, se a força é utilizada, significa que foi necessário impor algo a alguém e neste caso a violência lima a autoridade. No segundo caso, se a persuasão é utilizada, significa que a autoridade foi colocada em suspenso, na medida em que se duvida da autoridade.

Na tradição do pensamento ocidental, a autoridade foi colocada à prova, pois a autoridade seria “mais que um conselho e menos que uma

ordem; um conselho não se pode ignorar sem risco”, conforme apontou o historiador alemão Theodor Mommsen, em passagem memorada por Arendt (MOMMSEN *apud* ARENDT, 2014, p. 165). Nesse sentido, no pensamento político, a autoridade seria a chave de legitimação de estruturas políticas ao longo da história e, por essa razão, é um conceito importante de ser estudado. Isso significa que, na tradição, a autoridade é o que confere estabilidade a um determinado arranjo político-social e essa estabilidade só existe uma vez que fora legitimada em um determinado momento do passado.

A perda da autoridade no mundo moderno ocorre conjuntamente à perda de dois outros elementos, a religião e a tradição, que formam uma tríade estrutural, segundo Arendt (2014). Perde-se a religião uma vez que se perde o elo que garante a tradição na qual se embasa a autoridade. Não há mais o fio que retoma o passado e serve de alicerce para a permanência e a durabilidade, nas palavras de Arendt (2014). A autoridade é um conceito ontológico na obra de Arendt, uma vez que ele se apresenta como um conceito relacionado à uma ação humana que garante a fundação de um determinado corpo político, como ocorre em Roma (ARENDT, 2014). Há uma ontologia política na obra de Hannah Arendt, pois apesar de avessa à metafísica tradicional, centrada no advento da mortalidade, a filósofa alemã traz o advento da natalidade como central para se pensar a política, conforme aponta Ana Míriam Wuensch:

O nascimento pode ser considerado como um princípio da liberdade no mundo. Nosso primeiro nascimento atua, então, como uma origem de nós mesmos, permanecendo a fonte de nossa capacidade de começar, iniciar algo pela ação humana, num segundo nascimento. [...] Neste sentido, o nascimento é um princípio da ação humana, tanto quanto a condição da natalidade é parte da condição humana [...] (WUENSCH, 2010, p. 27).

É imprescindível esclarecer o conceito de política apresentado por Arendt, qual seja “a política trata da convivência entre diferentes” (ARENDT, 2017, p. 21), afirmação essa que abre espaço para definir a política como espaço da pluralidade, definição que marca a obra da filósofa alemã. Agir no espaço público entre diferentes é um ato político, pois significa estar presente na arena em que se discutem relações de convivência. Toda ação é um ato que possibilita o nascimento de algo novo e, por essa razão, a autoridade é também uma ação, a qual chamarei de ação-autoridade, uma vez que é essa ação que inaugura a fundação de um corpo político e representa a possibilidade de algo novo surgir na esfera pública.

A ação-autoridade pode ser entendida como o próprio momento da fundação de um corpo político e é um momento que se torna referência para

a convivência entre diferentes, na medida em que estabelece padrões e parâmetros que se consolidam como instituições políticas no espaço público e exige uma obediência, em alguma dimensão entre uma ordem e um conselho. O pensamento de Arendt eleva o conceito de autoridade como categoria política fundamental para a institucionalização de uma estrutura política. As fundações políticas constituem um momento simbólico que inaugura uma tradição, que sempre se fiará no momento fundacional e necessitará de uma religião para garantir o elo que religa ao passado.

Hannah Arendt destaca que há uma grande diferença entre tradição e passado. Essa diferença seria, para a filósofa, aquilo que define o que podemos chamar de tradição que seria “o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado” (ARENDR, 2014, p. 130). A tradição representa esse fio narrativo que liga o presente ao passado, que se atualiza no presente, mas que aponta como referência um momento do passado. Paralelamente, há também uma diferença marcante entre religião e fé, ao que a religião estaria relacionada a um conteúdo político: “a religião significava, literalmente, *re-ligare*: ser ligado ao passado, obrigado para com o enorme, quase sobre-humano e por conseguinte sempre lendário esforço de lançar fundações, de erigir a pedra angular, de fundar para a eternidade” (ARENDR, 2014, p. 163).

O conceito de autoridade é para a filósofa uma categoria intrínseca à política romana, uma ideia de fundação, que carrega, enquanto momento singular, todo o peso do passado na medida em que cada ato futuro passa a remeter ao momento fundacional e a acrescentá-lo: “toda autoridade deriva dessa fundação, remetendo cada ato ao sagrado início da história romana e somando, por assim dizer, a cada momento singular todo o peso do passado” (ARENDR, 2014, p. 165).

No caso romano, o que confere estabilidade – permanência e durabilidade – ao corpo político é a fundação de Roma. A palavra autoridade é derivada da palavra latina *augere*, lembra Arendt (2014), que significa aumentar ou ampliar. A ideia de autoridade remete, portanto, à ideia de que uma fundação tem certa força coerciva que é capaz de garantir legitimidade a um corpo político, que, sendo uma instituição consolidada (o senado romano) – Arendt (2014) não acredita que existisse autoridade em Atenas, talvez porque ela pensasse que a assembleia popular ateniense (*ekklesia*) fosse um espaço em que inclusive seria possível exercer uma ação-autoridade –, possui a capacidade de arcar com o peso do passado, isto é, *gravitas*. Acerca desta questão, vale citar Arendt:

A força coerciva dessa autoridade está intimamente ligada à força da religiosamente coerciva do *auspices*, que ao contrário do oráculo grego não sugere o curso objetivo dos eventos futuros, mas revela meramente a aprovação ou desaprovação divina das decisões feitas

pelos homens. Também os deuses têm autoridade entre, mais que poder sobre, os homens; eles aumentam e confirmam as ações humanas, mas não as guiam. [...] *Gravitas*, a capacidade de arcar com esse peso [o peso do passado], torna-se o traço proeminente do caráter romano, assim como o Senado, a representação da autoridade da República, podia funcionar – nas palavras de Plutarco (*Vida de Licurgo*) – como “um peso central, que, à maneira do lastro de uma embarcação, mantém as coisas sempre no justo equilíbrio” (ARENDDT, 2014, p. 165-166).

Quando a filósofa alemã se refere a *auspices* como uma força coerciva, ela está dizendo que a autoridade possui uma dimensão quase que divina, na medida em que ela tem a capacidade de revelar a aprovação ou não de certos padrões e parâmetros políticos por um determinado corpo político. *Auspices* está diretamente relacionado ao conceito de autoridade, pois representa a capacidade de aumentar e confirmar a ação humana na esfera pública. Nesse sentido, essa força coerciva é responsável por conferir legitimidade a uma estrutura política, uma vez que garante, pela aprovação ou desaprovação das ações humanas, a sustentação de um espaço público regido por determinados padrões e parâmetros que delineiam a fiabilidade entre governantes e governados e, portanto, é capaz de garantir estabilidade – permanência e durabilidade – a um corpo político.

É preciso haver uma relação de confiança entre o povo (governados) e suas autoridades (governantes), pois isso é a garantia de sustentação de uma estrutura política. A análise de Hannah Arendt revela que a legitimação política anterior ao século XX estava alicerçada em elementos como a autoridade, a religião e a tradição. As monarquias constituídas por legitimação divina são o melhor exemplo de como estruturas políticas se organizaram historicamente, com vistas a garantir permanência e durabilidade nas relações entre o povo e seus governantes. Dessa forma, a tradição constituiu espaços públicos controlados, nos quais as relações políticas eram desenvolvidas de maneira estável. A legitimação de uma estrutura política ocorre, portanto, quando são estabelecidos canais de discussão política compactuados entre governantes e governados, o que, caso pensemos na terminologia usual de Hannah Arendt, podemos chamar de espaço público, um ambiente cuja a principal característica, para a filósofa, deveria ser a pluralidade (ARENDDT, 2017).

A política, para Arendt, ocorre no espaço público, onde são tomadas as principais decisões da *polis*. A política é a atividade humana relacionada à ação (ARENDDT, 2016). A ação é o modo como o ser humano aparece no espaço público e é por essa razão que hifenizo o conceito e coloco a ação-autoridade como uma categoria ontológica, na medida em que é uma ação que possibilita a fundação de um corpo político e, portanto, dá vazão à natalidade. Quando alguém aparece no espaço público, este alguém deve aparecer de alguma forma, que Arendt (2016) concebe ser por meio do

discurso, isto é, discurso e ação estão interrelacionados e é por meio do discurso e da ação que o agente se revela ao público. Ao abordar o conceito de autoridade no parâmetro da prática discursiva, verifica-se a atenção destacada a Mommsen de que a autoridade é uma dimensão entre a ordem (fazer agir, por mais que por meio da violência) e o conselho (recomendar a ação, não sendo esta obrigatória) (ARENDT, 2014). Levando em consideração as ideias de Hannah Arendt (2016), que considera a ação no espaço público como um segundo renascimento, ela diz que é com palavras e atos que somos inseridos no mundo humano.

A ação-autoridade é uma ação política fundacional. É uma forma de aparecer no espaço público, na medida em que essa ação ocorre em um espaço público e também gera um novo espaço público. O exemplo arendtiano é baseado em Roma, uma vez que é a fundação de Roma que faz Arendt pensar no conceito de autoridade. A fundação de Roma pode ser entendida como uma ação-autoridade, na medida em que representa um momento fundacional que garantiu o início de uma tradição, que é lembrada por uma religião e essa tríade sustenta a permanência e a durabilidade de um corpo político.

No caso romano, essa tríade fez com que o Império Romano servisse de modelo de organização política estável que tem no senado o símbolo de uma autoridade que foi constituída no momento fundacional, a qual a instituição senatorial tem por obrigação preservar, uma vez que a preservação deste momento fundacional é a única garantia de preservação da própria estrutura política. Para Arendt (2014), a autoridade é o vínculo inicial de legitimação de algo no espaço público e ela só existe se reconhecida por aqueles que estão no espaço público, um reconhecimento que é sintetizado quando, geração após geração, se é lembrado o momento fundacional como símbolo de identidade constitutiva de uma comunidade política. Em outras palavras, a autoridade seria o que sustentou o Império Romano, ao longo dos séculos, e o reconhecimento dessa autoridade – que tem o seu peso (*Gravitas*) sobre o senado – por aqueles governados por Roma, faz com que a tradição nascida desta autoridade seja praticamente inabalável. Por isso, toda a história que se sucede ao momento fundacional romano busca ampliar essa fundação de Roma:

No âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras. Participar na política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma. Eis a razão por que os romanos foram incapazes de repetir a fundação de sua primeira *polis* na instalação de colônias, mas conseguiram ampliar a fundação original até que toda a Itália e, por fim, todo o mundo

ocidental estivesse unido e administrado por Roma (ARENDT, 2014, p. 162).

A política, em Atenas, era centrada na imagem da assembleia popular (*ekklesia*), um espaço em que todos os cidadãos poderiam agir e a pluralidade poderia se manifestar de maneira mais evidente. Arendt (2014) não considera que há uma institucionalização em Atenas, o que para ela só ocorre em Roma, na medida em que há uma alteração substancial da política com a instituição do senado, uma vez que o espaço público é restringido ao senado e a essa transformação representa o processo de institucionalização do espaço público e, portanto, da política.

O pensamento político de Hannah Arendt é, em grande medida, uma tentativa de conciliação entre Atenas e Roma. De Atenas, a filósofa alemã admira a abertura do espaço público, que permite a liberdade da ação, que, no entanto, por não haver autoridade política no espaço público gera instabilidade política. De Roma, Arendt admira justamente o que é absente em Atenas, a estabilidade, uma vez que a civilização romana conseguiu criar instituições que conseguiram se legitimar politicamente por séculos, justamente pelo fato de serem sustentadas pela tríade autoridade, tradição e religião.

De acordo com Mark Haugaard (2018), essa tríade cria um mito fundacional, sustentado na intersecção desses três elementos que formam um ato fundacional paradigmático. Arendt (2014) considera que é possível replicar o advento romano e cita como exemplo a fundação dos Estados Unidos da América, que, quando de sua Independência, em 1776, conseguiu criar um espaço público, que replica os moldes romanos. A fundação dos Estados Unidos representa um ato fundacional paradigmático e os padrões e os parâmetros colocados no espaço público pelos pais fundadores são até hoje rememorados pelas instituições norte-americanas. Haugaard (2018), no entanto, considera ainda que o argumento da tríade de Hannah Arendt é normativamente problemático e elitista, uma vez que não dá igual valor aos cidadãos e que a filósofa sugere que pessoas comuns não são capazes de serem persuadidas pela argumentação. Fato é que, por mais restritivo e elitista que seja o sistema político estadunidense, Arendt tem razão ao identificar nos Estados Unidos a existência de uma obediência entre o cidadão estadunidense comum e suas instituições políticas, o que faz com que verifiquemos a estabilidade das instituições políticas estadunidenses.

Em Roma, o senado constituía o espaço público institucional restrito, onde a política aparecia por intermédio da ação das pessoas inseridas neste espaço de tomada de decisões. Nos Estados Unidos, a Constituição de 1787 assume a baliza dos padrões e dos parâmetros que devem ser seguidos por todos os cidadãos estadunidenses e estabelece instituições que são acessíveis como espaço público sob a tutela de certos dispositivos constitucionais.

Indubitavelmente, os Estados Unidos representam um dos sistemas políticos mais estáveis da contemporaneidade com eleições regulares desde sua fundação e que, por mais que tenha passado por uma guerra civil, conseguiu preservar a estabilidade institucional. É justamente a estabilidade estrutural de uma república que Arendt admira nos Estados Unidos.

O sucesso estadunidense, segundo Paulo César Nascimento, está em uma ênfase específica, na medida em que o regime do Estados Unidos se pauta na lei e garante liberdades democráticas: “a ênfase aqui não é no caráter imprevisível da ação político, nem em grandes feitos que se tornam imortais, mas em uma estrutura política estável que impedisse o definhamento do espaço público” (NASCIMENTO, 2010, p. 167).

A atenção de Hannah Arendt ao dissertar sobre o conceito de autoridade é garantir que o espaço público exista. Há espaço público em Atenas, mas como a assembleia popular não tem um ponto de referência em um passado que garanta que certos padrões e parâmetros sejam seguidos, o mundo grego, para Arendt (2014), carece de autoridade política e, portanto, é instável. A institucionalização romana, diferentemente, traz consigo a ação-autoridade que funda um espaço público restritivo e essa autoridade fundacional garante que certos padrões e parâmetros sejam obedecidos por uma comunidade política e, desse modo, garante estabilidade política.

CONCLUSÃO

O conceito de autoridade de Hannah Arendt está diretamente relacionado à tentativa arendtiana de resgatar a dignidade da política, uma vez que a filósofa busca com este conceito preservar o espaço público, na tentativa de propor ao mundo moderno um modelo que pode ser seguido, o modelo romano – um exemplo de república. Nesse sentido, os Estados Unidos conseguiram emular a tríade autoridade, tradição e religião e é o exemplo contemporâneo de um espaço público estável, porque balizado em padrões e parâmetros, consegue preservar a condição de pluralidade que é tão cara para a filósofa alemã.

O advento totalitário representa a ruptura moderna, porque destrói o espaço público e não permite a existência da pluralidade. A autoridade seria a fiadora da estrutura política e condição necessária para a existência de um espaço público. O modelo totalitário apresentado por Arendt (2012) por meio da estrutura da cebola representa a inexistência de um espaço público, uma vez que as decisões políticas são tomadas pelo líder que do centro da ‘cebola’, para utilizar a imagem arendtiana, emite ordens que são obedecidas em camadas, sempre partindo do centro – do líder.

O século XX representa politicamente esse momento de ruptura não só pelo advento totalitário, já que a ruptura moderna também é verificada nas diversas tentativas de revolução, tentativas estas que revelam que a tríade romana não mais subsiste nos estados modernos – à exceção dos Estados Unidos, para Arendt (2014). Nesse sentido que ela diz:

Pois, se estou certa ao suspeitar que a crise do mundo atual é basicamente política, e que o famoso ‘declínio do Ocidente’ consiste fundamentalmente no declínio da trindade romana de religião, tradição e autoridade, com o concomitante solapamento das fundações especificamente romanas de domínio político, então as revoluções da época moderna parecem gigantescas tentativas de reparar fundações, de renovar o fio rompido com a tradição e de restaurar, mediante a fundação de novos organismos políticos, aquilo que durante tantos séculos conferiu aos negócios humanos certa medida de dignidade e grandeza (ARENDR, 2014, p. 185).

É, portanto, tarefa intelectual que Hannah Arendt traz para si o desenvolvimento de reflexões que permitam o resgate da dignidade da política. A ruptura moderna lima a existência de espaços públicos e isso se reflete na busca incessante por uma retomada do fio de uma tradição, que deve ser lançado por uma fundação que é estabelecida por uma ação-autoridade; por isso, o século XX é repleto de exemplos históricos de tentativas revolucionárias, das quais Arendt em geral é pouco entusiasta, à exceção da Revolução Húngara de 1956, na qual ela verifica o surgimento de conselhos populares onde há uma esfuziante pluralidade, que, lamentavelmente, ela pensa durou apenas onze dias (ARENDR, 2018).

É nítida a crise de legitimidade política existente no mundo moderno e o cenário político contemporâneo é exemplo disso. Em geral o povo (os governados) não mais acreditam nas instituições políticas gerenciadas pelos governantes. Verifica-se, contemporaneamente, a falta de um elo que compactue padrões e parâmetros que devem ser seguidos por uma comunidade política, isto é, a falta de uma autoridade política. Isso gera uma insegurança tremenda nas estruturas políticas e uma gigantesca instabilidade institucional que faz com que em muitos lugares, o povo apoie políticos que se pretendem “salvadores da pátria” e busquem estabelecer ou reestabelecer uma autoridade política.

Por fim, é importante esclarecer que Hannah Arendt tem sim certo elitismo, conforme aponta Haugaard (2018), uma vez que ela segue a ideia de que “a autoridade implica uma obediência na qual os homens retêm sua liberdade” (ARENDR, 2014, p. 144). E essa retenção da liberdade é para ela importante, pois, as raras referências de Hannah Arendt à democracia, preferindo sempre empregar o termo ‘república’, mostram que ela segue a ideia de Platão de que a democracia – sistema em que haveria a possibilidade de persuasão das pessoas comuns pela argumentação – pode

dar voz a movimentos totalitários, como ocorreu com a Alemanha nazista. Arendt, nesse sentido, acredita, na República, o único sistema capaz de garantir um espaço público que não seja suscetível à vulnerabilidade das massas; por isso ela traz à tona o conceito de autoridade, como uma tentativa de tentar resgatar a dignidade da política, ao garantir permanência e durabilidade – estabilidade – a um espaço público que possa ser plural.

Hannah Arendt and the concept of authority on the redeem of the dignity of politics

∞

ABSTRACT

This paper analyzes the concept of authority presented by Hannah Arendt and aims to develop a reflection on why the philosopher discusses the subject, considering the historical context in which she finds herself, in which she believes that the modern world is characterized by break. The philosopher develops the idea of authority as a Roman advent that guarantees the permanence and durability - stability - of political institutions, sustained by the triad of authority, tradition and religion. From the development of the analysis of this concept, Arendt states that only The United States could emulate the Roman example in Modernity. The article looks forward arguing that Arendt presents the concept of authority as an attempt to redeem the dignity of politics, since it is the concept of authority, by restricting freedom, that guarantees the existence of a public space governed by certain standards and parameters. which serves as a reference to guarantee plurality, which must be, in Arendt's perspective, the main feature of public space.

KEYWORDS: Authority. Stability. Public Space. Plurality.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 12 ed. rev. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. **Ação e a busca da felicidade**. Organização e notas de Heloisa Starling; Tradução de Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 7 ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

_____. **O que é política?** 12 ed. [Editoria, Ursula Ludz]; Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

Revista *Instante*, Campina Grande-PB, Brasil, v.2, n.1, p.52-62, 2019.

_____. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.** Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

HAUGAARD, Mark. **What is authority?** *Journal of Classical Sociology*, v. 18, n. 2, May 2018, p. 104-132.

NASCIMENTO, Paulo César. Instituições e Política em Hannah Arendt. In: NASCIMENTO, Paulo Org.; BREA, Gerson Org.; Milovic, Miroslav Org. **Filosofia ou política? Diálogos com Hannah Arendt.** São Paulo: Annablume, 2010.

WUENSCH, Ana Míriam. Sentidos da “natalidade” em Hannah Arendt. In: NASCIMENTO, Paulo Org.; BREA, Gerson Org.; Milovic, Miroslav Org. **Filosofia ou política? Diálogos com Hannah Arendt.** São Paulo: Annablume, 2010.